

Entrevista com Oscar Calavia Saez

Felipe Costa¹



Oscar Calavia Saez é atualmente professor titular da École Pratique des Hautes Études em Paris e professor adjunto na Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado pela Universidad Complutense de Madrid, com mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pelo Centre National de la Recherche Scientifique. É autor de inúmeros artigos de referência no campo das Ciências Humanas e nome de grande importância no âmbito da etnologia indígena. Suas obras vêm abordando uma multiplicidade diversa de temas ao longo de sua carreira, atuando principalmente nos campos da etno-história, com foco nas etnias Pano e Yaminawa, e nos estudos sobre o campo religioso. É também premiado autor de obras de ficção literária com diversos exemplares publicados.

Felipe Costa: Os trabalhos desenvolvidos durante sua carreira acadêmica abrangem uma multiplicidade de temas abordados, como religião, etnologia indígena, território, autoridade etnográfica, entre outros. Como o interesse de abordar esses diferentes assuntos surgiu na sua trajetória como antropólogo?

Eu diria que a minha bússola tem sido sempre a curiosidade. Muitas vezes tenho olhado com inveja os colegas de profissão, que tem um projeto de pesquisa com um rumo bem definido praticamente desde o início da carreira acadêmica. Eu venho tratando de temas variados, em excesso com certeza. Mas eu também tenho o meu programa de pesquisas que consiste em chegar, com o tempo, a encontrar um cerne comum a todos esses assuntos aos quais fui levado intuitivamente pela minha curiosidade ou pela ocasião. Acho que agora estou tentando amarrar todas as pontas soltas.

Felipe Costa: Sobre o seu artigo “Do Perspectivismo Ameríndio ao Índio real”, como

¹ Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM.

se desenrola a questão abordada sobre o enfoque frequente em uma “Antropologia do social” que procura manter as sociedades como figura maior e acaba por deixar “resíduos” de fora de suas redes, como referenciado no artigo, “os índios invisíveis”, promovendo um cenário de exclusão destes indivíduos que não conseguem se adequar ao mosaico predeterminado de etnias e territórios instituídos?

Manaus é uma boa ilustração deste ponto. Em geral pensamos nos indígenas como sociedades muito bem integradas, delimitadas e definidas, em uma época onde não mais se acredita neste modelo para o resto da humanidade. Ou seja, não existe de fato uma “sociedade brasileira” ou “sociedade manauara”, ninguém leva a sério essas generalizações. Sabemos que se tratam de compostos de fluxos e constelações, relações em constante mudança. Quando se pensa em “índigenas” logo se pensa: “onde está a sua sociedade?”. O indígena sempre tem sua “comunidade” por perto. Bom, quiçás não mais do que nós. Em Manaus é claramente visível este cenário, onde muitos indivíduos se encontram de algum modo afastados de seus grupos de origem, envolvidos em relações inéditas.... Acho importante começar a enxergar os indígenas longe desta ideia de sociedades sólidas, pois nunca foram desta forma. Nunca houve uma sociedade nestes parâmetros, seja ela indígena ou não. Fora das estatísticas ou das utopias, é claro.

Felipe Costa: Sobre o seu artigo “A sexualidade no cristianismo”, como você vê a questão da forte resistência observada ainda hoje por boa parte da comunidade cristã em aceitar as mudanças na moral sexual, familiar e reprodutiva como reafirmação da identidade católica baseada no conceito bíblico de família?

Este é um artigo que trata de várias coisas ao mesmo tempo e que acaba contando uma história longa demais. Mas é um tema que me pareceu necessário tratar porque há coisas que são ditas constantemente apesar de que sabemos, ou deveríamos saber, que não foi assim. Por exemplo, diz-se constantemente que a igreja católica sempre apoiou o modelo tradicional de família.... Isso pode ter sido verdade apenas nos últimos dois séculos, bem pouco em comparação com a idade da Igreja. Somente quando a Igreja chega a um certo acordo com a ordem burguesa. Antes disso, a igreja católica foi mais uma instituição “anti-família”, muito contrária ao modelo familiar, fosse “bíblico” ou “pagão”. Veja-se essa exaltação do celibato, uma abominação para romanos ou hebreus. Isto é, a igreja era monopolizada por um grupo específico, uma casta intelectual (o clero) que conquistou seu poder sobre a aristocracia cristã através da valorização do celibato. A “birra” do cristianismo com a sexualidade foi jogo político muito antes de virar uma moral internalizada. E é esse ideal da castidade que permitiu ao clero enfrentar o poder dos cristãos ricos e influentes, que casavam e constituíam famílias. É nesta luta entre um clero célibe e uma elite abastada que se desenvolve boa parte da história do cristianismo.

Felipe Costa: Sobre o seu artigo “A ética da pesquisa na era da autoria”, qual sua visão sobre as transformações dos conceitos de “autoria” e “autoridade” no contexto da Antropologia contemporânea onde muitos sujeitos migraram da posição clássica de “nativo / informante” para a posição de “autor / antropólogo”, mas, como referenciado no artigo, acabaram por ser “convidados a um final de festa”?

Uma vez comentava sobre esse assunto com um estudante indígena, sobre a possibilidade de agora “ser o antropólogo”, enquanto antes sua voz era ouvida apenas como voz de “nativo”. É muito bom, mas tem dois gumes. É bom que a tua posição como autor seja reconhecida, porém se o nativo “sempre tem razão”, o antropólogo “sempre está equivocado”. Isso remete a Popper, à ideia dele de que o conhecimento científico é caracterizado por ser refutável, isto é, você é cientista

na medida em que seja possível contestar o que você disse. E hoje em dia a palavra do cientista é muito contestada, talvez até gratuitamente. Por isso falei de “convidados a um final de festa”, porque os “nativos” estão virando “cientistas” quando a palavra do cientista não é mais o que era, não é recebida com a reverência de outros tempos. A posição de “nativo” no contexto da antropologia, digo, é uma posição bastante livre, ele é a “autoridade” naquele assunto que me interessa, seria besta da minha parte não levar em consideração o que ele diz. Quando ele vira “antropólogo” perde essa autoridade na exata medida em que ganha a autoria, ou seja, assina o livro, e daí em diante pode-se dizer “escreveu tudo errado”. Assim, a autoria indígena está sendo reconhecida, mas tem esse outro lado da posição de “autor”. “Autoria” e “autoridade” são noções com uma mesma origem, mas que partem em sentidos diferentes.

Felipe Costa: Além de antropólogo, você também é autor de diversas obras de ficção literária. Qual a maneira que encontra para lidar com estes diferentes universos na posição de autor e também acadêmico?

Eu diria que escrever ficção tem me ajudado muito para escrever antropologia: afinal, a “grafia” é mais da metade da “etnografia”. Também acho que o fato de ter escrito (e sobretudo lido) obras de ficção tem contribuído para enxergar mais claramente onde está a ficção naquilo que entendemos como descrição etnográfica. Eu sei que há muitos na área da antropologia que consideram este tipo de escrita como uma atividade “menor”. Muitas vezes se pergunta para pessoas com uma carreira acadêmica importante: “e você nunca pensou em escrever ficção?”, remetendo a ideia de que “se já foi capaz de escrever ciência então escrever ficção deve ser muito mais fácil”. E digo que não é mais fácil. Também não digo que seja mais difícil. Mas são dois modos de escrever muito diferentes. E acho interessante fazer essas duas coisas ao mesmo tempo. De fato, há muito antropólogos que também escrevem obras de ficção, romances ou contos, mas nem sempre se sabe. Alguns inclusive publicam usando pseudônimos. Acaba por não ser uma prática bem-vista por muitas pessoas na área das ciências sociais, que consideram a literatura como um material “contaminante”. Mas creio que o prurido de afastar as ciências sociais da literatura só produz um outro tipo de ficção bem pior, dissimulada no meio de um palavrório indigesto.

Felipe Costa: Como tem sido sua experiência como professor titular na École Pratique des Hautes Études na França, seguindo os passos de grandes nomes de destaque na história da Antropologia como Lévi-Strauss e Marcel Mauss?

Acho que ainda é muito recente para ter uma opinião formada. Estou nesta posição há cerca de um ano e meio e só agora começo a entender como são as coisas por lá. Mas diria que é um lugar lotado de fantasmas ilustres, além destes já citados [C. Lévi-Strauss, M. Mauss] também Granet, Benveniste, Saussure, Dumèzil, Detienne que faleceu recentemente, Tillion, Clastres, Vernant; ou Favret-Saada que é viva. Enfim, grande parte da vanguarda das ciências humanas do século XX passou por lá. Ainda mal conheço a instituição, que além de tudo é meio inapreensível porque não tem sede física (apenas a administrativa) e está em toda parte e em nenhuma..., mas é muito interessante pela sua extrema diversidade temática. É um lugar onde você encontra pessoas especializadas em temas dos quais você jamais tinha ouvido falar; isto para mim é estimulante.

Felipe Costa: Você foi orientando de Manuela Carneiro da Cunha durante seu doutorado na USP. Como se desenvolveu sua relação com ela e como este contato influenciou a sua carreira acadêmica?

Ela teve um papel importante, porque foi a linha de pesquisa que ela sustentava na USP

naquela época, da história indígena e do indigenismo, que definiu toda a minha trajetória como etnólogo. Tenho também trabalhos anteriores ao trabalho com ela, mas a minha carreira sempre continuou relacionada com esta abordagem histórica, num sentido bem profundo. Manuela organizou um sistema de pesquisa onde se trabalhava a história indígena em todos os níveis, de um lado o levantamento de documentação sobre povos indígenas ou de história oral, mas também no sentido de conceitos indígenas de história e de tempo, e enfim no de uma história concebida fora do padrão ocidental da palavra. Além disso, minha relação com Manuela desenvolveu o interesse que eu já tinha no estruturalismo francês e na figura de Lévi-Strauss; foi também muito importante sobretudo pela sua qualidade intelectual. Isso me permitiu ousar determinados voos imaginativos e teóricos no desenvolvimento do meu trabalho.

Felipe Costa: Como está sendo sua experiência recente de pesquisas na Amazônia, especificamente em Manaus, e quais suas expectativas para este trabalho em desenvolvimento?

Manaus é um universo em expansão. Na verdade, o trabalho de campo que estou fazendo aqui não pode servir de base a uma “etnografia”, fico contente se alcanço uma familiaridade com o terreno que me permita entender melhor as pesquisas de outras pessoas. A maior parte da etnologia que se fez em Manaus aplica, digamos, o padrão das “bases”: os Sateré em Manaus, os Miranha em Manaus... Mas em Manaus, uns e outros vivem, sim, entre a cidade e a “base”, mas vivem ainda mais em interação com outros que vem de “bases” diferentes, além é claro de igrejas, universidades... A minha ideia é tomar Manaus como um ponto de partida para repensar muito da antropologia que já foi feita sobre os povos indígenas e sobre o contexto religioso brasileiro.

Felipe Costa: Quais estão sendo suas maiores dificuldades e desafios em realizar um trabalho de campo antropológico em Manaus?

As dificuldades que tenho aqui são do mesmo tipo que em qualquer outro trabalho de campo, ou seja, dificuldades muito pé à terra: como conseguir um taxi, por exemplo. Algumas são simples, outras nem tanto. Já fiz visitas a comunidades com grandes dificuldades para chegar até lá e problemas ainda maiores para voltar depois. Ninguém se aventurava a adentrar em determinados lugares a partir de determinados horários, uma precaução que às vezes me parecia exagerada, mas quem tem carro tem medo. Depois, como em qualquer trabalho de campo, há esse campo minado da política que você só começa a conhecer depois de pisar muitas vezes onde não devia. O meio em que eu tenho me movido é o mais ligado ao catolicismo, não porque eu esteja mais interessado nele em particular, mas porque de um modo ou outro é o que fica mais próximo do mundo acadêmico. Não é impossível se comunicar com o meio evangélico, mas é muito mais difícil.

Felipe Costa: Para o futuro, quais são os projetos e pesquisas que pretende ou gostaria de desenvolver?

Estou no momento escrevendo um livro sobre o conceito de “sacrifício”, em homenagem ao meu muito distante predecessor na École Pratique des Hautes Études, Marcel Mauss, que também escreveu sobre esse assunto um famoso ensaio que até hoje é o texto de referência quando se trata dessa noção. À parte disto, penso em dar um certo desenvolvimento a esta pesquisa sobre o lugar dos indígenas no campo religioso brasileiro e sobre o campo daquilo que usualmente se chama de “sincretismo”, que é uma palavra que caiu em desuso há algum tempo e hoje é quase impronunciável, mas que para mim continua tendo interesse, sobretudo depois de alguns decênios em que antropologia tem se dedicado muito à “purificação”. Creio que esse campo está cheio de novos híbridos que em muitos casos não tem ainda nem nome.

Recebido em: 01/11/2021

Aceito em: 31/01/2022